

A SEMANA EM BRASÍLIA

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e do Executivo que podem impactar o setor privado.

LEGISLATIVO

2 | **Congresso Nacional**

3 | **Câmara dos Deputados**

3 | Comissões

5 | **Senado Federal**

5 | Plenário

5 | Comissões

6 | **Novos Projetos de Lei**

EXECUTIVO

11 | Agência Nacional de Águas (“ANA”)

11 | Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”)

11 | Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

12 | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”)

12 | Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”)

13 | Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

13 | Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

14 | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)

14 | Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”)

14 | Ministério da Agricultura e Pecuária (“MAPA”)

15 | Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (“MIDR”)

15 | Ministério de Minas e Energia (“MME”)

16 | Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (“MDIC”)

16 | Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (“MMA”)

16 | **Prazos das principais discussões**



CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pautou, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

Autocontrole Agropecuário. O Congresso Nacional discutirá o Veto Parcial n.º 65/2022 ao Projeto de Lei n.º 1.293/2021, que estabelece em relação à Defesa Agropecuária: **(i)** programas de autocontrole de agentes privados regulados; **(ii)** organização e procedimentos aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; **(iii)** Programa de Incentivo à Conformidade; **(iv)** Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária; e **(v)** Programa de Vigilância para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras).

 [Saiba mais](#)

Indústria Nuclear e Mineração. O Congresso Nacional discutirá o Veto Parcial n.º 64/20222 ao Projeto de Lei de Conversão n.º 29/2022, que dispõe sobre **(i)** empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB); **(ii)** pesquisa, lavra e comercialização de minérios e materiais nucleares; e **(iii)** atividade de mineração.

 [Saiba mais](#)

Responsabilização de Sócios. O Congresso Nacional discutirá o Veto Parcial n.º 56/20222 ao Projeto de Lei da Câmara n.º 69/2022, que disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica.

 [Saiba mais](#)

Crime de Cartel. O Congresso Nacional discutirá o Veto Parcial n.º 53/20222 ao Projeto de Lei do Senado n.º 283/2016, que altera a Lei de Defesa da Concorrência (Lei n.º 12.529/2011) para prever novas disposições aplicáveis à repressão de infrações à ordem econômica.

 [Saiba mais](#)

Lei das Ferrovias. O Congresso Nacional discutirá o Veto Parcial n.º 67/2021 ao Projeto de Lei do Senado n.º 261/2018, que estabelece a Lei das Ferrovias.

 [Saiba mais](#)

Bagagem. Gratuidade. O Congresso Nacional discutirá o Veto Parcial n.º 30/2022 ao Projeto de Lei de Conversão n.º 30/2022, que altera a legislação de interesse para dispor sobre o transporte aéreo e a gratuidade do despacho de bagagem.

 Saiba mais

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões

Plano Nacional de Fertilizantes

A Câmara dos Deputados realiza discussão, em 27 de abril, às 08 horas, sobre o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), a partir da ótica de reindustrialização do Brasil.

 Saiba mais

Reforma Tributária e Economia Digital

O Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional realiza audiência pública, em 26 de abril, às 14h30, para debater a reforma tributária sob a perspectiva da economia digital.

 Saiba mais

Reforma Tributária e Economia Verde

O Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional realiza audiência pública, em 25 de abril, às 14h30, para debater a reforma tributária sob a perspectiva da economia verde.

 Saiba mais

Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Básico

A Câmara dos Deputados realiza o lançamento, em 26 de abril, às 14h30, das Frentes Parlamentares **(i)** Mista em apoio à Regularização Fundiária, Desenvolvimento Habitacional e Desenvolvimento Urbano Sustentável (FPDUS); e **(ii)** do Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos.

 Saiba mais

Crescimento da Indústria Naval Brasileira

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realiza audiência pública, em 24 de abril, às 09h30, para debater o crescimento da indústria naval brasileira.

 Saiba mais

Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (“CCJC”)

A CCJC realiza, em 25 de abril, às 14h30, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

P&D. Agropecuária. A Proposta de Emenda à Constituição n.º 217/2016 altera a Constituição Federal para estabelecer a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das programações da lei orçamentária que visem financiar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas a agricultura e pecuária. O relator do projeto é o Deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ).

 Saiba mais

Cigarro Eletrônico. Contrabando. O Projeto de Lei n.º 5.085/2019 altera legislação de interesse para classificar como contrabando a importação de cigarro eletrônico. O relator do projeto é o Deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ).

 Saiba mais

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

A CDC realiza, em 26 de abril, às 10h30, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Energia Elétrica. Consumo. O Projeto de Lei n.º 203/2022 dispõe sobre a obrigação de concessionárias de energia elétrica em ofertarem aos consumidores, por meio da internet, dados referentes ao consumo de energia elétrica. O relator do projeto é o Deputado Jorge Braz (REPUBLIC/RJ).

 Saiba mais

Comissão de Desenvolvimento Econômico (“CDE”)

A CDE realiza, em 26 de abril, às 09h30, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Simples Nacional. Atraso. O Projeto de Lei Complementar n.º 148/2022 altera a Lei do Simples Nacional (Lei Complementar n.º 123/2006) para flexibilizar os critérios de recolhimentos em atraso dos débitos tributários apurados no Simples Nacional. O relator do projeto é o Deputado Augusto Coutinho (REPUBLIC/PE).

 Saiba mais

SENADO FEDERAL

Plenário

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

ICMS. Transferência. O Plenário do Senado Federal discutirá o Projeto de Lei do Senado n.º 332/2018, que altera a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/1996) para vedar a incidência do ICMS nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos de mesmo contribuinte.

 Saiba mais

BNDES. BID. O Plenário do Senado Federal discutirá o Projeto de Resolução n.º 43/2023, que autoriza o Brasil a conceder garantia à operação de crédito contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

 Saiba mais

New Development Bank. O Plenário do Senado Federal discutirá o Projeto de Resolução n.º 44/2023, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, com o *New Development Bank* (NDB).

 Saiba mais

Comissões

Juros, Inflação e Crescimento

O Plenário do Senado Federal realiza sessão de debates temáticos, em 27 de abril, às 10 horas, para debater o tema “juros, inflação e crescimento”.

 Saiba mais

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (“CDH”)

A CDH realiza, em 26 de abril, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Contrato de Trabalho. Acordo. O Projeto de Lei do Senado n.º 271/2017 altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452/1943) para

extinguir a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador. A relatora do projeto é a Senadora Eliziane Gama (PSD/MA).



Comissão de Serviços de Infraestrutura (“CI”)

A CI realiza, em 25 de abril, às 09 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Praticagem. Preços. O Projeto de Lei n.º 877/2022 altera a Lei de segurança do tráfego aquaviário (Lei n.º 9.537/1997) para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços dos serviços de praticagem. O relator do projeto é o Senador Weverton (PDT/MA).



Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que interessam ao ambiente empresarial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Novo Arcabouço Fiscal	O Projeto de Lei Complementar n.º 62/2023 estabelece novo arcabouço fiscal da União voltado a sustentabilidade da dívida e integração das regras fiscais. Saiba mais
Regime Fiscal Sustentável	O Projeto de Lei Complementar n.º 93/2023 institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica nacional e criar condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Saiba mais
BACEN. Objetivos Fundamentais	O Projeto de Lei Complementar n.º 97/2023 altera a Lei de objetivos, autonomia, nomeações e exonerações no Banco Central (Lei Complementar n.º 179/2021) para dispor sobre os objetivos fundamentais do Banco Central do Brasil. Saiba mais
Cannabis no SUS	O Projeto de Lei n.º 1.735/2023 institui a política federal de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de substâncias canabinóides pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Saiba mais
Inventário Extrajudicial	O Projeto de Lei n.º 1.836/2023 altera o Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) para permitir o inventário extrajudicial quando houver testamento. Saiba mais

Importação. Pessoa Física	O Projeto de Lei n.º 1.830/2023 estabelece a isenção de Impostos sobre Produtos Importados por pessoas físicas e obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação.  Saiba mais
Infração Ambiental. Destruição	O Projeto de Decreto Legislativo n.º 126/2023 susta o Decreto sobre infrações ambientais e sanções administrativas (Decreto n.º 6.514/2008) por violação do princípio da legalidade administrativa em prever medidas de destruição de bens apreendidos.  Saiba mais
Consumidor. Taxas de Juros	O Projeto de Lei n.º 1.808/2023 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) para assegurar a revisão das taxas de juros remuneratórios dos contratos de crédito e de venda a prazo que excedam o dobro da taxa média do mercado.  Saiba mais
Lavra de Ouro. Permissões	O Projeto de Lei n.º 1.5727/2023 altera a Lei de estímulo a liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural (Lei n.º 12.844/2013) para estabelecer requisitos obrigatórios à regularidade de procedência nas operações de compra de ouro proveniente de Permissão de Lavra Garimpeira.  Saiba mais
Combustível Alterado	O Projeto de Lei n.º 1.501/2023 altera a Lei de fiscalização do abastecimento nacional de combustíveis (Lei n.º 9.847/1999) para criação de diretrizes de combate ao combustível adulterado.  Saiba mais
Infração Ambiental. Bens	O Projeto de Lei n.º 1.474/2023 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para estabelecer a destinação de bens apreendidos por infração ambiental.  Saiba mais
Contribuição Sindical. Coibir	O Projeto de Lei n.º 1.439/2023 altera a Lei dos Condomínios (Lei n.º 4.591/1964) para coibir a cobrança de contribuição sindical em Condomínios Habitacionais Edifícios.  Saiba mais
Contribuição Sindical. Exigências	O Projeto de Lei n.º 1.390/2023 altera legislação de interesse para consolidar as exigências para a cobrança de contribuições sindicais.  Saiba mais
ITCMD e ITR	O Projeto de Lei n.º 1.427/2023 altera o Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966) para estabelecer a base de cálculo sobre o imposto de transmissão causa mortis e doação de imóveis rurais como sendo o valor declarado para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Rural.  Saiba mais
Transporte Aéreo. Bagagens	O Projeto de Lei n.º 1.418/2023 altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n.º 7.565/1986) para tratar sobre a cobrança de bagagens no transporte aéreo.  Saiba mais

Empresa Estrangeira. Serviços Digitais	<p>O Projeto de Lei n.º 1.414/2023 altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) para obrigar sociedade estrangeira que preste serviços digitais no Brasil a possuir autorização para funcionar nacionalmente, sujeitando-a às leis e aos tribunais brasileiros quanto a atos ou operações praticados no Brasil.</p> <p> Saiba mais</p>
Protesto	<p>O Projeto de Lei n.º 1.413/2023 altera o Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) para permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário.</p> <p> Saiba mais</p>
Ônus Sucumbenciais	<p>O Projeto de Lei n.º 1.423/2023 altera o Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) para reformular as hipóteses de condenação aos ônus sucumbenciais nos casos de prescrição intercorrente.</p> <p> Saiba mais</p>
STF e STJ. Jurisprudência	<p>O Projeto de Lei n.º 1.097/2023 dispõe sobre a modificação da orientação jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento das ações que disciplina.</p> <p> Saiba mais</p>
Telemarketing. Bloqueio	<p>O Projeto de Lei n.º 1.173/2023 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) para criar o Cadastro Nacional de Bloqueio de Ligações de Telemarketing e incluir como prática abusiva a realização de chamadas telefônicas ou o envio de comunicações eletrônicas a consumidores inscritos nesses cadastros.</p> <p> Saiba mais</p>
Multipropriedade	<p>O Projeto de Lei n.º 1.374/2023 altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) para dispor sobre a multipropriedade.</p> <p> Saiba mais</p>
Microgeração. Alterações.	<p>O Projeto de Lei n.º 1.292/2023 traz alterações ao Marco Legal da Microgeração e Minigeração Distribuída e ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).</p> <p> Saiba mais</p>
Mobilidade Urbana Sustentável	<p>O Projeto de Lei n.º 1.743/2023 institui o Programa Mobilidade Urbana Sustentável.</p> <p> Saiba mais</p>
Jogos Eletrônicos. Isenção	<p>O Projeto de Lei n.º 1.232/2023 Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Importação (II) e redução a zero das alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) sobre os consoles e máquinas de jogos de vídeo e sobre os jogos eletrônicos.</p> <p> Saiba mais</p>
Resíduos Sólidos. Crédito	<p>O Projeto de Lei n.º 1.094/2023 institui crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de produtos pelos estabelecimentos industriais.</p> <p> Saiba mais</p>

Crimes Digitais	O Projeto de Lei n.º 2.063/2023 altera as leis dos Juizados Especiais (Lei n.º 9.099/1995) e dos Juizados Especiais Federais (Lei n.º 10.259/2001) para dispor sobre a criação dos Juizados Especiais Criminais Digitais.	 Saiba mais
Conselho Fiscal. Cooperativas	O Projeto de Lei n.º 1.979/2023 altera a Política Nacional de Cooperativismo (Lei n.º 5.764/1971) dispondo sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.	 Saiba mais
Apex. Cargos	O Projeto de Lei n.º 1.953/2023 altera a Lei da APEX (Lei n.º 10.668/2023) para estabelecer requisitos mínimos para os cargos de Presidente e de Diretor.	 Saiba mais
Aeroportos. Navegação Aérea	O Projeto de Lei n.º 1.958/2023 altera a Lei dos Aeroportos (Lei n.º 6.009/1073) para inclusão de passageiros de aeronaves militares e de aeronaves públicas brasileiras da administração federal direta e estadual na lista de isenções de impostos.	 Saiba mais
SENADO FEDERAL		
Moeda Soberana. Digital	O Projeto de Lei Complementar n.º 80/2023 dispõe sobre a emissão de moeda soberana no formato digital.	 Saiba mais
ICMS. Isenção	O Projeto de Lei Complementar n.º 79/2023 permite a prorrogação de vigência e validade das isenções dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento de atividades econômicas.	 Saiba mais
Transporte. Responsabilidade Solidária	O Projeto de Lei n.º 1.598/2023 altera a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n.º 12.587/2012) para impor responsabilidade solidária às empresas de transporte remunerado privado individual de passageiros em caso de danos causados durante a execução do serviço de transporte à título de parceria.	 Saiba mais
Solar. Aproveitamento Elétrico	O Projeto de Lei n.º 1.566/2023 cria o Programa de aproveitamento dos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas (PARUH) para a geração de energia elétrica a partir de painéis solares fotovoltaicos.	 Saiba mais
Infração Ambiental. Bens	O Projeto de Lei n.º 1.832/2023 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) para estabelecer regras de apreensão de bens utilizados nas infrações penais e administrativas, medidas administrativas, procedimentos de destinação de bens apreendidos e sanção administrativa de perdimento.	 Saiba mais

<p>Telecom. FUST</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 1.767/2023 altera a Lei da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (Lei n.º 9.472/1997) para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na massificação de serviços prestados em regime privado.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Capital Aberto. Transparência</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 1.440/2023 dispõe sobre a transparência das companhias ou sociedades anônimas de capital aberto e medidas de proteção ao sistema financeiro contra fraudes contábeis.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Contratos de Seguro</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 1.351/2023 altera o Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) para estabelecer cláusulas obrigatórias nos contratos de seguro.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Renegociação Tributária</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 1.282/2023 isenta de custas cartoriais o devedor de tributos federais que foi objeto de protesto tributário em cartório e aderiu à programa de renegociação ou de parcelamento de dívidas tributárias</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Compensação Tributária</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 1.252/2023 altera a Nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) e a Lei das PPPs (Lei n.º 11.079/2004) para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida à execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Resíduos. Recuperação Energética</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 1.202/2023 institui o Programa Nacional da Recuperação Energética de Resíduos.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Alta Administração. Indicação</p>	<p>A Proposta de Emenda à Constituição n.º 16/2023 altera a Constituição Federal para dispor sobre restrições à indicação ao Conselho de administração e à diretoria de empresa pública e sociedade de economia mista.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Defesa Agropecuária. Finanças</p>	<p>O Projeto de Lei Complementar n.º 91/2023 altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas relacionadas à defesa agropecuária.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>
<p>Lawfare</p>	<p>O Projeto de Lei n.º 2.016/2023 altera as leis da Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 7.492/1986) e Anticorrupção (Lei n.º 12.486/2013), além do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), a fim de prever medidas de combate à prática do <i>lawfare</i> em prejuízo à economia e a pessoas jurídicas nacionais.</p> <p style="text-align: right;"> Saiba mais</p>



EXECUTIVO

O Poder Executivo, por intermédio de seus Órgãos e Agências, conduz consultas e audiências públicas em importantes e diferentes temas. Veja os detalhes das discussões atualmente em andamento:

Agência Nacional de Águas (“ANA”)

Tomada de Subsídios 1/2023 – A ANA realiza tomada de subsídios para obter contribuições ao planejamento da norma de referência sobre metas progressivas de universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo o sistema de avaliação do cumprimento das metas.

 **Prazo de contribuição: 05/05/2023** |  **Saiba mais**

Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”)

Consulta Pública 02/2023 – A ANAC realiza consulta pública para obter contribuições à revisão da resolução que regulamenta a exploração de serviços aéreos por empresas brasileiras (Resolução n.º 659/2022).

 **Prazo de contribuição: 05/05/2023** |  **Saiba mais**

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Tomada de Subsídios 7/2023 – A ANATEL realiza tomada de subsídios para obter contribuições à reavaliação do regulamento de separação e alocação de contas.

 **Prazo de contribuição: 30/06/2023** |  **Saiba mais**

Tomada de Subsídios 13/2023 – A ANATEL realiza tomada de subsídios para obter contribuições ao Regulamento de Deveres dos Usuários (item 6 da agenda regulatória da Anatel para o biênio 2023-2024).

 **Prazo de contribuição: 30/06/2023** |  **Saiba mais**

Consulta Pública 23/2023 – A ANATEL realiza consulta pública para receber comentários à proposta de ato sobre requisitos técnicos e operacionais para uso do espectro de radiofrequências por sistemas de telecomunicações associados ao Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA).

 **Prazo de contribuição: 08/06/2023** |  **Saiba mais**

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”)

Consulta Prévia 02/2023 – A ANP realiza consulta prévia para obter contribuições ao Relatório Preliminar de análise de Impacto Regulatório (AIR) acerca dos teores de hidrocarbonetos no gás natural estabelecidos pela Resolução ANP n.º 16/2008.

 **Prazo de contribuição: 15/05/2023** |  **Saiba mais**

Consulta Prévia 04/2023 – A ANP realiza consulta prévia para fundamentar futura análise de Impacto Regulatório (RPAIR) visando revisar resolução sobre serviço de armazenagem dos produtores de derivados de petróleo e gás natural.

 **Prazo de contribuição: 18/05/2023** |  **Saiba mais**

Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”)

Consulta Pública 108/2023 – A ANS realiza consulta pública para receber contribuições à revisão da lista de coberturas dos planos de saúde.

 **Prazo de contribuição: 24/04/2023** |  **Saiba mais**

Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

Audiência Pública 04/2023 – A ANTT realiza audiência pública para obter contribuições à minuta de resolução que estabelece norma do Regulamento das Concessões Rodoviárias, aplicável aos contratos de concessão de exploração de infraestrutura rodoviária, sob competência da agência.

 **Data da audiência: 12/05/2023** |  **Saiba mais**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

Chamamento Público 22/2023 – A ANVISA realiza edital de chamamento público para convocar empresas detentoras de registro de imunoglobulinas humanas a fornecerem informações sobre fabricação, importação e distribuição desses produtos.

 **Prazo de contribuição: 13/12/2023** |  **Saiba mais**

Consulta Pública 1.151/2023 – A ANVISA realiza consulta pública para obter contribuições à proposta de revisão do método geral de uniformidade de doses unitárias, em atualização do Compêndio da Farmacopeia Brasileira.

 **Prazo de contribuição: 05/05/2023** |  **Saiba mais**

Guia 59 | Versão 1 – A ANVISA realiza abertura de guia para submissão de registro de medicamento sintético e semissintético novo ou inovador pela via de desenvolvimento completo.

 **Prazo de contribuição: 25/09/2023** |  **Saiba mais**

Guia 60 | Versão 1 – A ANVISA realiza abertura de guia para submissão de registro de medicamento sintético e semissintético novo ou inovador pela via de desenvolvimento abreviado.

 **Prazo de contribuição: 25/09/2023** |  **Saiba mais**

Guia 61 | Versão 1 – A ANVISA realiza abertura de guia para submissão de registro de medicamento sintético, semissintético e radiofármaco baseada em literatura científica.

 **Prazo de contribuição: 25/09/2023** |  **Saiba mais**

Processo Regulatório 12/2023 – A ANVISA divulga abertura de processo regulatório para prorrogar prazo de entrada em vigência da resolução que estabelece procedimento otimizado temporário de análise, em que se utilizem análises conduzidas por autoridade Regulatória Estrangeira Equivalente (RDC n.º 750/2022).

 **Prazo de contribuição: não informado** |  **Saiba mais**

Processo Regulatório 13/2023 – A ANVISA divulga abertura de processo regulatório para elaboração do Guia de avaliação de Segurança Biológica de materiais de uso em saúde de base nanotecnológica.

 **Prazo de contribuição: não informado** |  **Saiba mais**

Processo Regulatório 17/2023 – A ANVISA divulga abertura de processo regulatório para consulta regional do guia que trata das Boas Práticas Clínicas (BPC), a fim de que os ensaios clínicos conduzidos no Brasil estejam alinhados com os requisitos internacionais harmonizados.

 Prazo de contribuição: não informado |  Saiba mais

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)

Consulta Pública | Controle Biológico – O IBAMA realiza consulta pública para obter subsídios a proposta de instrução normativa que deve estabelecer procedimentos para avaliação de risco da introdução de espécies exóticas de invertebrados a serem utilizados no Brasil como agentes de controle biológico.

 Prazo de contribuição: 10/05/2023 |  Saiba mais

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”)

Consulta Pública | Pedidos de Patente – O INPI realiza consulta pública para debater portaria normativa de atualização das especificações do pedido de patentes.

 Prazo de contribuição: 18/06/2023 |  Saiba mais

Ministério da Agricultura e Pecuária (“MAPA”)

Consulta Pública | Controle de Listeria – O MAPA realiza consulta pública para obter subsídios a minuta de Portaria que aprova exigências de monitoramento ambiental e controle de Listeria monocytogenes, aplicadas à elaboração e aos produtos de origem animal prontos para o consumo humano.

 Prazo de contribuição: 11/06/2023 |  Saiba mais

Consulta Pública | Aviação Agrícola – O MAPA realiza consulta pública para obter subsídios a proposta de decreto que regulamenta o emprego da aviação agrícola no país.

 Prazo de contribuição: 26/05/2023 |  Saiba mais

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (“MIDR”)

Consulta Pública | Desenvolvimento Regional – O MIDR realiza consulta pública para debater a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

 Prazo de contribuição: 08/05/2023 |  Saiba mais

Consulta Pública | BioRegio – O MIDR realiza consulta pública para promover diálogo sobre o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional (BioRegio), como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

 Prazo de contribuição: 10/05/2023 |  Saiba mais

Ministério de Minas e Energia (“MME”)

Consulta Pública 150/2023 – O MME realiza consulta pública para receber contribuições ao Relatório de Estruturação de Ações e Construção de Indicadores Globais do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País (PRR).

 Prazo de contribuição: 08/05/2023 |  Saiba mais

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (“MDIC”)

Consulta Pública | Interesse Público – O MDIC realiza consulta pública para obter contribuições à atualização do arcabouço legal que regulamenta as avaliações de interesse público em defesa comercial.

 Prazo de contribuição: 17/05/2023 |  Saiba mais

Consulta Pública | Custo Brasil – O MDIC realiza consulta pública para obter insu-
mos à elaboração do Plano de Redução do Custo-Brasil 2023-2026, que consiste
na elaboração de agenda de melhorias regulatórias para redução dos custos de
se produzir e fazer negócios no Brasil; com objetivo de identificar normas que
ocasionem custos excessivos ou inadequados à atividade econômica, especial-
mente divergentes das melhores práticas internacionais.

 Prazo de contribuição: 18/05/2023 |  Saiba mais

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (“MMA”)

Consulta Pública | PPCDAm – O MMA realiza consulta pública para receber contribuições à 5ª versão do Plano de ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).



Prazo de contribuição: 26/04/2023



Saiba mais

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões que se encerraram entre abril e dezembro de 2023:

CONSULTA/ AUDIÊNCIA PÚBLICA	ASSUNTO	PRAZO PARA CONTRIBUIÇÃO
ANA ¹		
Tomada de Subsídios 01/2023	Obter contribuições ao planejamento da norma de referência sobre metas progressivas de universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo o sistema de avaliação do cumprimento das metas.	05 de maio de 2023
ANAC ²		
Consulta Pública 02/2023	Obter contribuições à revisão da resolução que regulamenta a exploração de serviços aéreos por empresas brasileiras (Resolução n.º 659/2022).	05 de maio de 2023
ANATEL ³		
Consulta Pública 13/2023	Obter contribuições à minuta de ato com requisitos técnicos e operacionais de uso das faixas de frequências destinadas ao Serviço auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC).	17 de abril de 2023
Consulta Pública 10/2022	Obter contribuições à atualização dos requisitos técnicos de compatibilidade eletromagnética (EMC – <i>Electromagnetic Compatibility</i> , na sigla em inglês) para avaliação da conformidade de produto.	29 de abril de 2023
Tomada de Subsídio 07/2023	Obter contribuições à reavaliação do regulamento de separação e alocação de contos.	31 de maio de 2023

¹ Agência Nacional de Águas (“ANA”).

² Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”).

³ Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

Consulta Pública 23/2023	Receber comentários à proposta de ato aprovando requisitos técnicos e operacionais para uso do espectro de radiofrequências por sistemas de telecomunicações associados ao Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA).	08 de junho de 2023
Tomada de Subsídio 13/2023	Obter contribuições ao Regulamento de Deveres dos Usuários (item 6 da agenda regulatória da Anatel para o biênio 2023-2024).	30 de junho de 2023
ANP⁴		
Audiência Pública 04/2023	Obter subsídios à minuta de resolução de procedimentos licitatórios para outorga das atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão e partilha de produção.	25 de abril de 2023
Audiência Pública 01/2023	Obter contribuições à minuta de resolução que disciplina autorizações de acondicionamento e operações logísticas para movimentação de gás natural liquefeito (GNL) a granel por modais alternativos ao dutoviário.	26 de abril de 2023
Consulta Pública 24/2022	Obter contribuições à revisão da resolução que estabelece critérios para fixação do Preço de Referência do Petróleo, adotado no cálculo das participações governamentais (Resolução ANP n.º 874/2022).	09 de maio de 2023
Audiência Pública 24/2022	Obter contribuições à revisão da resolução que estabelece critérios para fixação do Preço de Referência do Petróleo, adotado no cálculo das participações governamentais (Resolução ANP n.º 874/2022).	09 de junho de 2023
Consulta Prévia 02/2023	Obter contribuições ao Relatório Preliminar de análise de Impacto Regulatório (AIR) acerca dos teores de hidrocarbonetos no gás natural estabelecidos pela Resolução ANP n.º 16/2008.	15 de maio de 2023
Consulta Prévia 04/2023	Fundamentar futura análise de Impacto Regulatório (RPAIR) visando revisar resolução sobre serviço de armazenagem dos produtores de derivados de petróleo e gás natural.	18 de maio de 2023
ANS⁵		
Consulta Pública 108/2023	Receber contribuições à revisão da lista de coberturas dos planos de saúde.	24 de abril de 2023

⁴ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (“ANP”).

⁵ Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”).

ANTT ⁶		
Audiência Pública 04/2023	Obter contribuições à minuta de resolução que estabelece norma do Regulamento das Concessões Rodoviárias aplicável aos contratos de concessão de exploração de infraestrutura rodoviária, sob competência da agência.	12 de maio de 2023
ANVISA ⁷		
Consulta Pública 1.151/2023	Obter contribuições à proposta de revisão do método geral de uniformidade de doses unitárias, em atualização do Compêndio da Farmacopeia Brasileira.	05 de maio de 2023
Chamamento Público 19/2023	Obter contribuições ao requerimento de informações de registro e situação regulatória mundial de similares sem medicamento de referência, inclusive similares únicos de mercado e medicamentos de referência em avaliação, que foram retirados da lista de medicamentos de referência.	08 de maio de 2023
Chamamento Público 21/2023	Coletar informações sobre alimentos para condições metabólicas e fisiológicas específicas que atualmente não são comercializados no Brasil devido à impossibilidade de enquadramento nos regulamentos técnicos editados pela ANVISA, com a finalidade de identificar oportunidades de melhoria no marco regulatório brasileiro.	20 de maio de 2023
Guia 59 (versão 1)	Receber submissão de registro de medicamento sintético e semissintético novo ou inovador pela via de desenvolvimento completo.	25 de setembro de 2023
Guia 60 (versão 1)	Receber submissão de registro de medicamento sintético e semissintético novo ou inovador pela via de desenvolvimento abreviado.	25 de setembro de 2023
Guia 61 (versão 1)	Receber submissão de registro de medicamento sintético, semissintético e radiofármaco baseada em literatura científica.	25 de setembro de 2023
Chamamento Público 22/2023	Convocar empresas detentoras de registro de imunoglobulinas humanas a fornecerem informações sobre fabricação, importação e distribuição desses produtos.	13 de dezembro de 2023
Processo Regulatório 12/2023	Prorrogar prazo de entrada em vigência da resolução que estabelece procedimento otimizado temporário de análise, em que se utilize análises conduzidas por autoridade Regulatória Estrangeira Equivalente (RDC n.º 750/2022).	<i>não informado</i>

⁶ Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT").

⁷ Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

Processo Regulatório 13/2023	Elaborar Guia de avaliação de Segurança Biológica de materiais de uso em saúde de base nanotecnológica.	<i>não informado</i>
Processo Regulatório 17/2023	Abertura de processo regulatório para consulta regional do guia que trata das Boas Práticas Clínicas (BPC), a fim de que os ensaios clínicos conduzidos no Brasil estejam alinhados com os requisitos internacionais harmonizados.	<i>não informado</i>
IBAMA⁸		
Consulta Pública (Controle Biológico)	Obter subsídios a proposta de instrução normativa que deve estabelecer os procedimentos para avaliação de risco da introdução de espécies exóticas de invertebrados a serem utilizados no Brasil como agentes de controle biológico.	10 de maio de 2023
INPI⁹		
Consulta Pública (pedidos de patente)	Debater portaria normativa de atualização das especificações do pedido de patentes.	18 de junho de 2023
MAPA¹⁰		
Consulta Pública (aviação agrícola)	Obter subsídios a proposta de decreto que regulamenta o emprego da aviação agrícola no país.	26 de maio de 2023
Consulta Pública (controle de Listeria)	Obter subsídios a minuta de Portaria que aprova exigências de monitoramento ambiental e controle de Listeria monocytogenes, aplicadas à elaboração e aos produtos de origem animal prontos para o consumo humano.	11 de junho de 2023
MIDR¹¹		
Consulta Pública (Desenvolvimento Regional)	Debater a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).	08 de maio de 2023
Consulta Pública (BioRegio)	Promover diálogo sobre o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional (BioRegio) como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.	10 de maio de 2023

⁸ Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA").

⁹ Ministério da agricultura e Pecuária ("MAPA").

¹⁰ Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI").

¹¹ Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional ("MIDR").

MDIC ¹²		
Consulta Pública (Interesse Público)	Obter contribuições à atualização do arcabouço legal que regulamenta as avaliações de interesse público em defesa comercial.	17 de maio de 2023
Consulta Pública (Custo Brasil)	Obter insumos à elaboração do Plano de Redução do Custo-Brasil 2023-2026, que consiste na elaboração de agenda de melhorias regulatórias para redução dos custos de se produzir e fazer negócios no Brasil; o objetivo é identificar normas que ocasionem custos excessivos ou inadequados à atividade econômica, especialmente divergentes das melhores práticas internacionais.	18 de maio de 2023
MME ¹³		
Consulta Pública 150/2022	Receber contribuições ao Relatório de Estruturação de Ações e Construção de Indicadores Globais do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País (PRR).	08 de maio de 2023
MMA ¹⁴		
Consulta Pública (PPCDAm)	Receber contribuições à 5ª versão do Plano de ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).	26 de abril de 2023

¹² Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço ("MDIC").

¹³ Ministério de Minas e Energia ("MME").

¹⁴ Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ("MMA")

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.

Para informações, entrar em contato com:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

Natalie Lima

D +55 61 98102-8007

natalie.lima@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR | TORONTO

www.cesconbarrieu.com.br

**CESCON
BARRIEU**